

**A CONFLITUALIDADE DOS PARADIGMAS DA QUESTÃO
AGRÁRIA E DO CAPITALISMO AGRÁRIO A PARTIR DOS
CONCEITOS DE AGRICULTOR FAMILIAR E DE CAMPONÊS¹**

**THE CONFLICTING OF THE PARADIGMS IN AGRARIAN
SUBJECT OF THE AGRARIAN CAPITALISM STARTING FROM
THE CONCEPTS OF THE FAMILY FARMER AND FARMER**

Munir Jorge Felício

Membro do NERA: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária.
UNESP – Campus de Presidente Prudente/SP.
E-mail: munir@unoeste.br

Resumo: O presente texto visa discutir o desenvolvimento da agricultura no capitalismo e entender a importância da agricultura familiar, responsável pelo renascimento dos debates envolvendo desde a problemática ecológica até os impasses da Reforma Agrária. Neste contexto compreender e questionar o processo de formação do camponato nos últimos vinte anos, perquirindo quem são os camponeses e quem são os agricultores familiares a partir da conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário.

Palavras-chave: conflitualidade, camponato, desenvolvimento, camponês, capitalismo.

Abstract: The present text seeks to discuss the development of the agriculture in the capitalism and to understand in family agriculture, responsible for the renaissance of the debates involving from the ecological problem to the impasses on the agrarian reform. In this context to understand and to question the process of formation the campestral in the last twenty years, scrutinizing who are the farmers and who are the family farmers starting from the conflicting of the paradigms of the agrarian subject and of the agrarian capitalism.

Key words: conflicting, campestral, development, farmer, capitalism.

Introdução

Qual o papel e o lugar dos camponeses na sociedade capitalista? O futuro do campesinato está na sua integração ao mercado ou na luta contra o capital?

Estes questionamentos possibilitam discutir o desenvolvimento da agricultura no capitalismo e, dentro deste quadro, entender a agricultura familiar que tem feito renascer debates envolvendo desde a problemática ecológica até os impasses da Reforma Agrária. Mesmo porque o conceito de agricultura familiar está presente desde a origem do campesinato, sendo responsável por explicar que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Desta feita o camponês só pode ser agricultor familiar.

O desafio da minha pesquisa está em construir um esquema de análise que, em sua amplitude, permita delimitar referenciais teóricos com capacidade de explicar, compreender e questionar o processo de formação do campesinato nos últimos vinte anos, e, com esse mesmo esquema de análise, poder compreender quem são os camponeses e quem são os agricultores familiares a partir de suas realidades sociopolíticas do Pontal do Paranapanema.

Neste artigo prossigo esta discussão procurando compreender os conceitos de agricultor familiar e de camponês a partir da conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário.

Os conceitos: camponês e agricultor familiar

Desde a década de 1990 os conceitos de camponês e agricultor familiar sofreram profundas alterações as quais têm desencadeado pesquisas acadêmicas em diversas áreas. Na área da Geografia, a análise de duas produções acadêmicas, uma de 1990 e outra de 2000 poderá, de forma preliminar, colocar o problema em questão.

No trabalho científico de Silveira (1990, p. 231), sua análise demonstra

uma gama muito grande de tipos de camponeses que vai desde aquele que racionaliza ao máximo sua produção, que está ligado a cooperativas, e tenta ajustar-se às necessidades do mercado, minimizando ao máximo seus riscos, até o posseiro, com condições mínimas de existência, que as vezes planta para ter o que comer.

Verificando os conceitos utilizados pela pesquisadora, constata-se uma mistura muito grande impedindo o esclarecimento e a compreensão.

No trabalho científico de Hespanhol (2000) há a refutação do conceito de camponês, pelo fato dele ter perdido o seu poder explicativo e ser substituído pelo conceito de agricultor familiar. Ela afirma:

que a utilização na década de 1990, da categoria de análise agricultura familiar para designar genericamente as unidades produtivas, nas quais a terra, os meios de produção e o trabalho encontram-se estreitamente vinculados ao grupo familiar, deve ser aprendida como um reflexo das alterações recentes ocorridas na agricultura brasileira e que, em última análise, levaram a valorização do segmento familiar. Nesse sentido, as categorias de análise até então utilizadas para caracterizarem essas unidades de produção, como campesinato, pequena produção, agricultura de subsistência, produção de baixa renda, entre outras, perderam seu poder explicativo, favorecendo à emergência de novas concepções teóricas consubstanciadas na categoria agricultura familiar. (HESPANHOL, 2000, p. 2).

Ocorre que a pesquisadora optou “por restringir o foco de análise, às formas tradicionais de acesso à terra, representado pelos pequenos proprietários e arrendatários que, conduzindo diretamente as atividades e utilizando predominantemente mão de obra familiar” (HESPANHOL, 2000, p. 3).

Esta opção é responsável pelo desaparecimento dos demais camponeses como, por exemplo, os posseiros, os agregados, os moradores, os rendeiros, os assentados, os acampados, etc...

As duas análises proporcionam vir à tona algumas questões como: a) quais as principais alterações ocorridas no campo no decorrer dos últimos vinte anos? b) qual a participação da produção agropecuária do agricultor familiar e do camponês no total da produção no Pontal do Paranapanema? c) quais os impactos da luta pela terra na organização sóciopolítica da região? d) como compreender a família como unidade doméstica de produção?

Trata-se de estudar, discutir e compreender as relações sujeito-espaco analisando as ações dos dois sujeitos: o camponês e o agricultor familiar. As Ciências Humanas não conseguiram delinear ainda, de forma satisfatória, as diferenças entre eles. O problema que se coloca não é só a diferença entre esses dois sujeitos (se é que existe), mas o modo como sua existência, como horizonte pode ser entendido. Em outras

palavras, qual o papel e o lugar dos camponeses na sociedade capitalista? Ou, como argumenta o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira:

Portanto, a compreensão do papel e lugar dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil, em particular, é fundamental. Ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuar-se-á a ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo, mas, entretanto, eles continuam lutando para conquistar o acesso às terras em muitas partes do Brasil. (OLIVEIRA, 2004. p. 35).

Os dois paradigmas: do capitalismo agrário e da questão agrária.

O desafio de tal compreensão justifica o resgate de teorias científicas, políticas e de outras áreas do conhecimento. Resgatar entre outras, a teoria de Maquiavel (1999) para o qual a ciência e a política estão intimamente unidas e dependentes. Segundo Maquiavel para ter liberdade é necessário ter o poder, assim, ciência, dominação e liberdade são inseparáveis. Só é livre quem tem poder, portanto, “o desejo de conquistar é natural e comum, e os homens capazes de satisfazê-lo sempre serão louvados, jamais criticados” (MAQUIAVEL, 1999, p. 47).

Maquiavel revolucionou a história das teorias políticas ao se propor estudar a sociedade pela análise da verdade efetiva dos fatos humanos. O objeto de suas reflexões é a realidade política, pensada como prática humana concreta. Quer compreender como as organizações políticas se fundam, se desenvolvem, persistem e decaem.

“O Príncipe” é um livro de história e também de ideologia, com ele Maquiavel procura demonstrar como e por que o conhecimento é poder. Sobrepondo as idéias de Maquiavel e as idéias de Bourdieu (2001) teremos elementos para compreender melhor as ações empreendidas na defesa do conhecimento.

Quando estas defesas forem executadas por um conjunto de pensadores e suas respectivas produções científicas, diz-se tratar de um “think tank”. Os “think tanks” agrupam-se num conjunto de pensadores e num conjunto de produções científicas necessárias, para com elas, dominarem a política. O domínio político é a sua razão de ser e existir. Para atingirem esse objetivo, constroem referências teóricas a partir de suas leituras e interpretações da realidade e com elas, estabelecem paradigmas, sendo estes

um conjunto de pensamentos, teorias e teses com os quais procuram explicar a realidade.

O pensamento consensual, aquele que defende a expansão do capitalismo de maneira única e homogênea, agrupa alguns de seus teóricos como “think tank” denominado Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural (RIMISP)² -, trata-se de “una organizacion sin fin de lucro, fundada em 1986, que apoya el aprendizaje organizacional y la innovacion para promover la inclusion, la equidade, el bienestar y el desarrollo democrático en las sociedades rurales latinoamericanas” (RIMISP, 2005).

O pensamento crítico, aquele que defende o aprofundamento e a ampliação da discussão numa perspectiva que confronte o pensamento consensual possibilitando a compreensão das realidades em suas complexidades e diversidades, agrupam alguns de seus teóricos como “think tank” denominado Centro Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO)³.

O RIMISP está vinculado ao Banco Mundial enquanto que a CLACSO vincula-se a Via Campesina.

Há diferentes concepções teóricas de compreensão do desenvolvimento do capitalismo no campo, dentre elas se destacam dois paradigmas, entendendo paradigma como um conjunto de pensamentos, teorias e teses que procuram explicar a realidade.

O paradigma do capitalismo agrário, defendido pelos teóricos do RIMISP, entende que o único futuro para o campesinato está na metamorfose do camponês em agricultor familiar.

Ou seja, como é inevitável a tendência ao desaparecimento do campesinato, a única possibilidade de sobrevivência ao camponês consiste na transformação dele em agricultor familiar, inserindo-o plenamente no mercado, racionalizando ao máximo a sua produção.

Portanto, para esse paradigma, o futuro do campo terá três opções: a inserção do camponês ao mercado, a pluriatividade ou então, políticas compensatórias.

O paradigma da questão agrária, defendido pelos teóricos da CLACSO, entende que a luta pela terra e pela reforma agrária é a forma privilegiada da criação e recriação do camponês. O camponês é aquele que luta pela terra. Sem a luta o camponês deixa de existir.

Para esse paradigma, a análise da luta camponesa compreende espaço, sujeito e tempo de forma dialética constatando que, ao aumentar a concentração de terras, aumenta simultaneamente o número de camponeses em luta pela terra no Brasil. Assim, a luta pela terra no Brasil é elemento inerente à história do campesinato movido pelo conflito entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa, como esclarece a professora:

A luta pela terra hoje existente no país representa, na maioria dos casos, mais um capítulo da história do campesinato brasileiro, movido pelo conflito entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa. Mas as novidades desse momento histórico são muitas. Dentre elas, destacam-se: a grande abrangência da base social da categoria sem-terra, que envolve uma multiplicidade de sujeitos sociais, inclusive trabalhadores residentes nas cidades, e o significado aí contido de negação do processo de proletarização em curso, demonstrando que a possibilidade de recriação camponesa não se esgota com o processo de expropriação nem com a passagem desses sujeitos pela cidade. (MARQUES, 2004, p. 151).

A procura da nova identidade e da nova identificação é o objetivo da minha pesquisa por entender de fundamental importância a compreensão do papel e lugar dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil, em particular.

Esse entendimento será construído a partir de uma visão crítica e comprometida com a transformação da realidade, aprofundando e ampliando a discussão numa perspectiva que confronte o pensamento consensual. Nesta perspectiva torna-se indispensável à construção da análise que contemple de forma inerente à dimensão da conflitualidade.

A conflitualidade

Ela é um conceito que, recentemente vem sendo utilizado para a leitura e interpretação da realidade atual dentro do paradigma da questão agrária conforme Fernandes (2005 a; 2005 b). Sua contribuição corrobora para a compreensão de realidades como a violência no campo, a criminalização da luta pela terra, a violência do Poder Público e privado (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2004).

A conflitualidade é o processo de enfrentamento perene alimentado pela contradição estrutural do capitalismo que produz concentração de riqueza de um lado e expande a pobreza e a miséria do outro.

Assim explica o pesquisador:

Um conflito por terra é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios. O conflito pode ser enfrentado a partir da conjugação de forças que disputam ideologias para convencerem ou derrotarem as forças opostas. Um conflito pode ser ‘esmagado’ ou pode ser resolvido, entretanto a conflitualidade não. Nenhuma força ou poder pode esmagá-la, chaciná-la, massacrá-la. Ela permanece fixada na estrutura da sociedade, em diferentes espaços, aguardando o tempo de volta, das condições políticas de manifestações dos direitos. [...] Os acordos, pactos e tréguas definidos em negociações podem resolver ou adiar conflitos, mas não acabam com a conflitualidade, porque esta é produzida e alimentada dia-a-dia pelo desenvolvimento desigual do capitalismo. (FERNANDES, 2005a, p.26).

Gonçalves (2005) elenca alguns elementos para compreender a reprodução continuada da conflitividade e da violência no campo brasileiro que reproduz aqui de forma sintética. São elas: a) além da violência física, há a violência simbólica praticada pela imprensa, omitindo informações e veiculando uma noção acrítica do que seja progresso; b) a simples presença de organizações indígenas, de afrodescendentes, de camponeses e de mulheres, enquanto protagonistas, já é por si indício de que uma outra ordem está em curso e que a ordem estabelecida está em questão; c) nossa formação social e política desde os primeiros momentos, não se pautou pela mediação pública na resolução de conflitos; d) os pactos políticos responsáveis pela segurança e garantia de governabilidade; e) a estrutura fundiária desigual que admite e aceita que mais de 50% das terras do País não sejam sequer cadastradas (GONÇALVES, 2005, p.150-156).

Os movimentos camponeses no passado e no presente simbolizam e concretizam um caminho alternativo, uma proposta diferente para a classe camponesa, que, pelo confronto presente lhe abre perspectiva futura, como ensina Fernandes (2005 a, p. 27) “o tratamento da questão agrária não pode contemplar apenas o momento de conflito, mas sim o movimento da conflitualidade, seu caráter histórico e geográfico em todas as dimensões atingidas pela questão agrária”.

A conflitualidade também se faz presente nas discussões teóricas cujo objetivo consiste em convencer ou derrotar oponentes. Ela se instala nas teorias, nos paradigmas, nos discursos promovendo verdadeira disputa intelectual confrontando diferentes compreensões e leituras, as quais indicam necessariamente alternativas distintas, às vezes opostas, outras antagônicas e nem sempre complementares.

Neste sentido importa saber: quais são os principais argumentos e as contribuições de cada paradigma? Como se confrontam? Quais são seus objetivos?

O paradigma do capitalismo agrário

Iniciemos pelo paradigma do capitalismo agrário. Seus teóricos defendem a hipótese de que o único futuro para o campesinato está na metamorfose do camponês em agricultor familiar. Ou seja, como é inevitável a tendência ao desaparecimento do campesinato, a única possibilidade de sobrevivência do camponês consiste na sua transformação em agricultor familiar, inserindo-o plenamente no mercado, racionalizando ao máximo a sua produção.

Dentre as obras consultadas por quem defende esse paradigma, estão, entre outras, os escritos de Lênin (1899/1985) e (1918/1980), e Kaustsky (1986) por serem seminais, contendo elementos fundamentais para compreender o desenvolvimento da agricultura no capitalismo e as obras de Lamarche (1993,1998) e Abramovay (1992) por postularem defesas que apontam na mesma direção, porém, foram construídas em bases distintas.

Lênin (1899/1985) e (1918/1980) ao discutir o desenvolvimento do capitalismo na Rússia e nos Estados Unidos, explica o processo de exploração e destruição do campesinato e a eliminação do camponês, como fruto do avanço capitalista, pois,

o capital encontra as mais diversas formas de propriedade medieval e patriarcal da terra: a propriedade feudal, a de clã, a comunal, a estatal, etc. O capital faz pesar seu jugo sobre todas estas formas de propriedade fundiária empregando uma variedade de meios e métodos. (LÊNIN, 1980, p. 7).

Lênin (1980) insiste de que o trabalho familiar de fato não existe no campesinato. É pura ilusão. Tudo acaba sendo cooptado pelo capital.

A expressão fundada no trabalho familiar é um termo vazio, uma frase declamatória sem qualquer conteúdo, que contribui para confundir as mais diversas formas sociais da economia, beneficiando apenas a burguesia. Essa expressão induz ao erro, ilude o público, levando-o a acreditar na não-existência de trabalho assalariado. (LÊNIN, 1980, p. 18).

O capitalismo utiliza enorme diversidade para atingir seus objetivos na agricultura e todos os recursos disponíveis são usados para crescer e se desenvolver.

Kautsky (1986) entende que a reprodução do campesinato era resultado de um processo de auto-exploração que se aproximava da barbárie. A presença do camponês no campo significava o atraso econômico e social presente neste meio. Apegado a seu pedaço de terra o camponês

em geral sempre desconfiado, o seria em particular diante da organização, porque as condições atuais de seu trabalho e de sua vida o isolam ainda mais do que o artesão, desenvolvendo menos que neste as virtudes sociais. (KAUTSKY, 1986, p. 148).

O pequeno camponês proprietário ou arrendatário cultivando o seu pedaço de terra é ainda proprietário de seus meios de trabalho, representa, assim um vestígio de um modo de produção próprio de épocas passadas. Apesar de estar livre dos tributos e da corvéia feudal é dono da terra que cultiva. Porém, entende Kautsky que o seu fim está próximo, pois a essência do desenvolvimento do capitalismo no campo consiste na produção de duas classes sociais antagônicas: proletariado e burguesia.

Neste contexto é proposta a implantação do socialismo através da instalação das cooperativas, transformando o camponês em um determinado tipo de proletariado. Assim,

depois que as cooperativas socialistas tenham demonstrado a sua vitalidade, que hajam desaparecido os riscos ainda hoje inerentes a qualquer empresa econômica, o camponês poderá perder o medo de proletarizar-se pelo abandono de seus bens, reconhecendo que a propriedade individual dos meios de produção só representa um obstáculo a nos varar o caminho de uma forma superior de exploração, obstáculo de que se desembaraçará com prazer. (KAUTSKY, 1986, p.149).

Desta forma, a produção científica de Kautsky pertence a esse arcabouço teórico marxista para o qual os camponeses não se constituíam como sujeitos políticos que pudessem contribuir na construção da sociedade socialista por estarem destituídos de conteúdo revolucionário quer em suas concepções, quer em suas manifestações.

Lamarche (1993) parte da hipótese de que é possível encontrar um tipo ideal único de campesinato universal. Esta hipótese inspirou seu estudo comparativo internacional realizado em cinco países sobre a capacidade de adaptação da agricultura familiar a contextos econômicos, sociais e políticos distintos.

O tipo ideal de sociedade camponesa possui cinco características: a) autonomia relativa diante da sociedade; b) sistema econômico autônomo; c) um determinado grupo

doméstico; d) os inúmeros inter-relacionamentos; e) algumas personalidades fazem a ponte entre o local e o geral.

A exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola, onde propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família propiciando a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração.

A combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais. Desta forma a exploração familiar é ao mesmo tempo uma memória, uma situação, uma ambição e um desafio.

Lamarche explica que um determinado explorador está em uma lógica produtivista, outro na lógica de acumulação fundiária e outro em uma lógica familiar. Essa só elucida se analisada e compreendida em seu contexto no âmbito local e global.

Abramovay (1992) entende que não existe uma discussão específica sobre o campesinato e a questão agrária nas obras de Marx, Lênin e Kautsky. Elas não são as obras mais indicadas para quem quer conhecer e compreender a questão agrária e suas dimensões, vez que, por intermédio delas, é impossível definir de forma cristalina a natureza e a origem dos rendimentos dos camponeses, pois “a atividade produtiva que dá origem a sua reprodução não tem o estatuto de trabalho social e é neste sentido que o campesinato só pode se constituir naquele grupo de bárbaros de que falava Marx” (ABRAMOVAY, 1992, p.36).

Para Abramovay (1992) o mercado é o elemento de mediação e compreensão das relações sociais interessando apenas a produção de mercadoria, elegendo, portanto, critério predominantemente econômico “no qual a natureza dos mercados é um dos atributos microeconômicos mais reveladores da vida social” (ABRAMOVAY, 1992, p.104).

Neste contexto “nada mais distante da definição do modo de vida camponês que uma racionalidade fundamentalmente econômica” (ABRAMOVAY, 1992. p.115), fazendo Abramovay sentir-se autorizado em defender certas concepções como, por exemplo, a de que o camponês possui cultura e economia incompleta, parcial impossibilitando sua participação em mercados completos desenvolvidos pela economia capitalista.

O camponês é a melhor definição de resto feudal, um resquício, classe que representa a barbárie, um estorvo, uma vez que “as sociedades camponesas são

incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis” (ABRAMOVAY, 1992, p.130).

Abramovay é adepto de que o final do camponês é sua extinção, pois o agricultor familiar é um novo personagem diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produtor moderno totalmente integrado ao mercado racionalizando ao máximo sua produção.

O paradigma da questão agrária

O paradigma da questão agrária defende a hipótese de que a luta pela terra e pela reforma agrária é a forma privilegiada da criação e recriação do campesinato. Dentre as obras consultadas por quem defende esse paradigma, estão, entre outras, os escritos de Shanin (1983) e Chayanov (1974) pelas contribuições que trazem na compreensão do desenvolvimento da agricultura no capitalismo e também as produções científicas de Oliveira (1986, 1988, 1991, 2004) e Fernandes (1996, 1999, 2000, 2001) por desenvolverem compreensões utilizando o conceito de território como síntese contraditória, como efeito material da luta de classes.

Shanin (1983) prova que a mobilidade sócio-econômica peculiares e características da sociedade camponesa conduziram a mudanças significativas no modo em que a diferenciação real e os processos de polarização afetaram a ação e a consciência políticas do campesinato russo no início do século XX (1910-1925).

Só discutir o choque entre as autoridades estatais russas e as maiores vozes do campesinato não ajuda ver que no campo há outras divisões sociais. Mostra a relação entre a mobilidade sócio-econômica e as relações de conflito na sociedade rural indicando sua importância para a explicação dos processos básicos da história rural russa.

A unidade doméstica camponesa consiste na família e na sua exploração agrícola. A família fornece o trabalho necessário principalmente à produção de subsistência para satisfazer suas necessidades básicas e os tributos impostos pelos poderes econômicos e políticos.

Era uma comunidade de mesa, antes de ser uma comunidade de sangue, sob a autoridade patriarcal,

una unidad doméstica campesina rusa estaba compuesta, en la mayoría de los casos, por familiares consanguíneos de dos ou tres generaciones. Sin embargo, la condición básica para convertirse en miembro de la misma no era el vínculo de sangre, sino la participación total en la vida de ésta, o, en expresión de los campesinos, 'comer del mismo puchero'. (SHANIN, 1983, p.55).

A unidade doméstica camponesa era uma unidade básica de produção, consumo, posse, socialização, sociabilidade, apoio moral e ajuda econômica mútua. A ocupação principal dos camponeses russos consistia na realização de uma ampla variedade de tarefas, o que exigia um ritmo de vida cíclico, uma mobilidade multidirecional e cíclica.

Chayanov (1974) analisa as relações entre a terra, o capital e a família, a circulação do capital na unidade econômica campesina da Rússia (1890- 1905). A família ganha seu sustento com o trabalho na terra, ainda que seus trabalhadores possam desenvolver-se em outros setores que não o agrário como o artesanato e comercial.

É a unidade doméstica de exploração camponesa na qual não exista a força de trabalho assalariada e por isso mesmo difere da unidade de exploração capitalista.

Além de analisar as relações entre terra, capital e família; a circulação do capital na unidade econômica campesina, Chayanov (1983) analisa também as consequências que, para a economia nacional, surgem da natureza desta unidade econômica campesina.

Analisando o modo produtivo destas unidades, sua concepção, seu desenvolvimento e sua forma organizativa, constata-se que são verdadeiras violações às regras empresariais, de sorte que os conceitos fundamentais da economia clássica não têm muita serventia para compreender e explicar a economia camponesa, obrigando Chayanov criar conceitos e concepções excessivamente ambíguas: unir na pessoa do camponês o capitalista e o proletário.

As contribuições de Chayanov para o estudo da questão agrária são indispensáveis devido a sua originalidade.

Cada família conforme sua idade, constitui em suas diferentes fases um aparato de trabalho completamente distinto de acordo com sua força de trabalho, a intensidade da demanda de suas necessidades, a relação consumo-trabalho e a possibilidade de ampliar os princípios da cooperação complexa. A partir deste quadro compreende-se a tese de Chayanov

de acuerdo con esto podemos plantear el primer problema de nuestra investigación: la condición de este aparato em continuo cambio afecta la actividad económica de una familia que maneja su propia unidad de explotación, y si lo hace, como y hasta qué punto? (CHAYANOY, 1983, p. 56).

Ao estudar a unidade econômica campesina Chayanov (1983) quer de fato averiguar a força de trabalho camponesa como atividade econômica da família no campo e não a produção deste campo.

Oliveira (1991, p. 23) entende que “o processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura de nossos dias está marcado pela sua industrialização”. O movimento dos camponeses no Brasil é tentativa de resgate da condição de camponês autônomo frente à expropriação representada pelos posseiros e sua luta contra os grileiros. É também um movimento originado na luta dos camponeses parceiros ou moradores contra a expropriação completa no seio do latifúndio, que os transformava em trabalhadores assalariados.

O desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo se dá em primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda da terra ao capital quer pela compra da terra para explorar ou vender, quer pela subordinação à produção do tipo camponês, assim “o fundamental para o capital é a sujeição da renda da terra, pois a partir daí, ele tem as condições necessárias para sujeitar também o trabalho que se dá na terra. Primeiramente, o capital sujeita a renda da terra e em seguida subjuga o trabalho nela praticado” (OLIVEIRA, 1991, p. 49).

Nesse contexto, a luta pela terra está assentada no processo contraditório de desenvolvimento do capital que, ao mesmo tempo em que expropria, abre possibilidade histórica do retorno a terra. Esses dados proporcionam compreender os conflitos fundiários constantes no Brasil como parte de uma luta histórica, que, nas duas últimas décadas têm assumido novas características, em virtude das transformações recentes no campo brasileiro.

Se a mundianização da economia capitalista traz à tona novos sujeitos sociais e novas articulações, igualmente e contraditoriamente, traz também à tona a luta de novos personagens sociais: basta olharmos para o México, e lá estão os zapatistas em luta. Com certeza a história não acabou, e muito menos a utopia. (FERNANDES, 1996, p.11).

Na produção científica de Bernardo Mançano Fernandes a (re) criação do campesinato se dá através da luta pela terra e pela reforma agrária, quando as famílias

camponesas organizadas ocupam o território do latifúndio num processo de espacialização e territorialização. Logo,

é no interior desse processo desigual que se desenvolvem a exploração econômica, a exclusão cultural e a dominação política, gerando os conflitos e as mais diversas formas de resistência. No interior desse processo formam-se diferentes movimentos sociais que inauguram novas situações, desenvolvem outros processos. (FERNANDES, 1996, p. 25).

Analisa Fernandes (1999) as raízes de um desses movimentos sociais do campo, o MST, que do ponto de vista socioeconômico e histórico tem sua gênese no Sul (do Brasil) pela histórica concentração de camponeses; do ponto de vista ideológico, pelo trabalho desenvolvido pela Igreja Católica e Luterana e do ponto de vista político pelo processo de democratização do país.

Aprofundou suas reflexões analisando as diferentes ações nos últimos vinte e cinco anos da existência do MST que se encontra organizado em vinte e dois estados do Brasil. Suas principais ações são: ocupação, trabalho de base, acampamento, negociação política, organicidade, espacialização e territorialização.

A ocupação é uma realidade determinadora, é espaço/tempo que estabelece uma cisão entre latifúndio e assentamento e entre o passado e o futuro. Nesse sentido, para os sem-terra a ocupação, como espaço de luta e resistência, representa a fronteira entre o sonho e a realidade, que é construída no enfrentamento cotidiano com os latifundiários e o Estado. (FERNANDES, 2000, p.19).

Fernandes (2001) entende que só as ocupações de terra não são suficientes para amenizar os problemas, bem como as políticas governamentais também não o são. As referências teóricas e as experiências históricas são fundamentais para a construção de novas práticas na luta contra o capital. A partir dessas referências são construídas novas interpretações, novas teses.

Conclusão

Os conceitos de agricultor familiar e de camponês são concebidos pelos dois paradigmas de forma distinta. Para o paradigma do capitalismo agrário a diferença entre eles está em dois aspectos: a) o camponês é sinônimo de atraso, é resquício do feudalismo, da barbárie e, por isso, tende a desaparecer com o avanço do capitalismo se

transformando em agricultor familiar; b) o agricultor familiar é importante e necessário, pois, de alguma forma, ele faz parte do agronegócio.

Para o paradigma da questão agrária não há diferença entre agricultor familiar e camponês, pois, ambos são assim definidos por terem a família e o trabalho familiar por característica, pois, ao mesmo tempo em que a família é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Contudo, o seu futuro está na superação do trabalho familiar. É preciso inventar o trabalho familiar-cooperativo e aprender a não abominar o mercado.

Notas

1 - Texto produzido como parte integrante da disciplina “MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL E LUTA PELA TERRA”, oferecida pelo Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes no Programa de Pós-graduação em Geografia, Unesp, Campus de Presidente Prudente (SP), segundo semestre/2005.

2 - Conferir: www.rimisp.org.

3 - Conferir www.clacso.org.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos 2**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CHAYANOV, Alexander. **La organizacion de la unidad econômica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

CLACSO. Disponível em: <www.clacso.org>. Acesso em: 10, ago., 2005.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil 2004**. Goiânia: CPT, 2004.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa nos assentamentos de Sem-Terra**. Cascavel: Unioeste, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: espacialização e territorialização**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **Brava gente** – a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. (uma entrevista com João Pedro Stedile). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Agronegócio nas Américas: o mito do desenvolvimento e a resistência do campesinato. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, X, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP/FFLCH, 2005. 1 CD-ROM, p. 4860-4874.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antonio M. (Ed). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

_____. **Desenvolvimento territorial: conflitualidade e sustentabilidade**, inédito, 2005b.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geografia da violência contra a pessoa no campo brasileiro: agronegócio, grilagem e devastação. **Caderno Conflito no Campo – Brasil 2004**, Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, p.142-156, 2005.

HESPANHOL, R A de Medeiros. **Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente**. 2000. 264 f. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP/ Campus de Rio Claro, 2000.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Tradução de Otto E.W. Maas. Rio de Janeiro: Laemmert, 1986.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.) **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Tradução de Jehovanira C. de Souza. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. (Coord.). **A agricultura familiar: do mito à realidade**. Tradução de Jehovanira C. de Souza. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LENIN, Vladimir Ilich. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América. Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura**. Tradução de Maria Beatriz Miranda Lima. São Paulo: Editora Debates, 1980.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. Tradução de José Paulo Neto. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Tradução de Olívia Bauduh. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U.; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Org.). **O campo no século XXI**. São Paulo: Casa Amarela, 2004. p. 145-158.

MARTINS, José de Souza. **Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e a agricultura no Brasil**. Disponível em: <www.nead.org.br>. Acesso em: 22 de abril de 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Agricultura familiar: quantos ancoradouros**. Inédito, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção na agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1988.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. Os mitos sobre o agronegócio no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DO MST, XII, 2004, São Miguel do Iguçu (PR). **Anais...** São Miguel do Iguçu (PR): MST, 2004. Disponível em: www.mst.org.br. Acesso em: 20 fev. 2004.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 39. ed. São Paulo, Brasiliense, 1989.

RIMISP. Disponível em: <www.rimisp.org>. Acesso em: 20 ago. 2005.

SANTOS, José Vicente Tavares. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da “modernidade tardia”. **São Paulo em Perspectivas**, São Paulo, v.18, n. 1, p. 101-135, jan./mar. 2004.

SHANIN, T. **La clase incomoda**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SILVEIRA, Fátima Rotundo de. **A recriação capitalista do campesinato (Os camponeses na região de Presidente Prudente)**. 1990. 309 f. Tese (Doutorado em Geografia) - FFLCH- USP, São Paulo, 1990.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF Editora, 2001. p. 21-55.

***Recebido em 01/05/2006**

Aceito para publicação em 18/07/2006